

OS MOTIVOS QUE CARACTERIZARAM A EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ NO ANO LETIVO DE 2019

Renato Sell¹
Fabiola Langaro²

Resumo: A escola e a educação ajudam a formar sujeitos capazes de realizar transformações no mundo e em suas vidas. Por essa e outras razões, o fenômeno da evasão escolar deve ser alvo de prioridade de políticas públicas, visando enfrentar o problema da evasão escolar de crianças e adolescentes que possam permanecer fora do processo de escolarização. A partir desse contexto, foi realizada uma pesquisa com objetivo de caracterizar as situações de evasão escolar na rede municipal de ensino fundamental de um município da Grande Florianópolis no ano de 2019. Para tanto, foi realizada pesquisa documental, em que foram analisados relatórios arquivados na secretaria de educação do município acerca dos alunos evadidos naquele ano. De posse desses dados, foram realizadas análises de modo quanti e qualitativo, sendo que os dados quantitativos foram analisados a partir da verificação da frequência com que apareceram. Já a análise dos dados qualitativos foi realizada por meio de análise de conteúdo. Como resultados identificou-se que a evasão escolar ocorre em número maior aos alunos do sexo masculino, sendo em média alunos na faixa etária de 8 a 13 anos de idade. Quanto à situação socioeconômica, a maioria vive com renda de até um salário-mínimo. Em relação à situação do aluno no final do ano letivo, a maioria retornou à escola e foi aprovado, mas há um percentual significativo de alunos com reprovações ou ainda em situação ainda de evasão. Entre os motivos elencados para a evasão estiveram: residir longe da unidade escolar, mudança de endereço por parte da família ou por parte do aluno, desmotivação ou falta de incentivo por parte do aluno e familiares, fuga do lar, separação dos pais e falta de transporte. Diante dos dados obtidos, considera-se que a psicologia pode contribuir com ações de prevenção da evasão escolar, identificando precocemente situações que possam levar a esse fenômeno e contribuindo para a garantia de direitos em relação à educação de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: escola, educação, evasão escolar, psicologia.

Abstract: School and education help to form subjects capable of making changes in the world and in their lives. For this and other reasons, the phenomenon of school dropout should be a priority for public policies, aiming to face the problem of school dropout of children and adolescents who can remain outside the schooling process. From this context, a research was carried out whose objective was to characterize the situations of school dropout in the municipal elementary school system in a municipality in Greater Florianópolis in the year 2019. Therefore, the method used was the documentary research, in which they were analyzed reports filed with the municipality's education department about dropout students that year. With these data in mind, quantitative and qualitative analyzes were performed, and quantitative data were analyzed based on the verification of the frequency with which they appeared. The analysis of qualitative data was carried out through content analysis. As a result, it was identified that school dropout occurs in greater numbers to male students, with an average of students aged 8

¹Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: renatossell@gmail.com

² Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e orientadora da pesquisa

A questão da raça / etnia não aparece na base de dados da Secretaria de Educação do município pesquisado, por este motivo não foi citado na escrita deste artigo.

to 13 years old. As for the socioeconomic situation of the families of dropout students, most live on an income of up to one minimum wage. Regarding the student's situation at the end of the school year, the majority returned to school and passed, but there is a significant percentage of students who fail or are still in an evasion situation. Among the reasons listed for evasion were: living away from the school unit, change of address by the family or by the student, demotivation or lack of encouragement on the part of the student and family, flight from home, separation from parents and lack of transport. In view of the data obtained, it is considered that psychology can contribute to school dropout prevention actions, early identifying situations that may lead to this phenomenon and contributing to the guarantee of rights in relation to the education of children and adolescents.

Keywords: School, education, school dropout, psychology.

INTRODUÇÃO

A partir dos trabalhos realizados pelo pesquisador principal da pesquisa na Secretaria Municipal de Educação de um Município da Grande Florianópolis no cargo de Assistente Administrativo, surgiu o interesse em estudar o tema Evasão Escolar. Naquele espaço, em conjunto com uma equipe, trabalha-se com o objetivo de enfrentar o problema da evasão escolar e a desistência escolar de crianças e adolescentes da rede pública de ensino. Este núcleo de trabalho faz parte de um programa criado no ano de 2001, pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), denominado Programa APOIA, no intuito de mobilizar as escolas, os conselhos tutelares e toda a sociedade para trazer de volta para a sala de aula alunos evadidos da rede pública de ensino.

Naquele município, visando enfrentar o problema da evasão escolar sempre que um/a aluno/a deixa de frequentar as aulas, inicialmente, as unidades escolares realizam uma busca ativa pelo/a aluno/a considerado evadido/a por meio de contatos telefônicos, buscas pelas redes sociais e tentativas de contatos com familiares e amigos próximos. Não sendo possível fazer contato com as famílias por essas vias, as unidades escolares enviam um registro destes casos para a Secretaria de Educação do município, para que seja realizada uma busca ativa por meio de uma visita domiciliar. Caso, após tentativa de visita domiciliar, não tenha sido possível contatar a família, o caso é encaminhado para o conselho tutelar mais próximo na tentativa de localizar esta família no intuito de apresentar as suas garantias, direitos e na prevenção de violências. Já o ministério público faz o reconhecimento das causas da evasão cobrando ações dos poderes públicos ao atendimento das famílias e da sociedade, auxiliando no desenvolvimento de políticas públicas educacionais e exigindo suas implementações.

O município em questão tem uma rede composta por 23 centros de educação municipal (CEM) e 32 centros de educação infantil (CEI), 01 polo de Universidade Aberta do Brasil (UAB) e 01 polo de Universidade denominado Universidade de São José (USJ), totalizando 13 mil alunos matriculados. Já o programa APOIA trabalha em rede, em que todas as partes - escola, secretaria de educação, conselho tutelar e ministério público – têm suas responsabilidades específicas, mobilizando todas essas esferas com o compromisso de resgatar o aluno de volta à sala de aula, tendo como público alvo crianças e jovens de 4 a 17 anos que não completaram o ensino obrigatório.

Por se tratar de um tema amplo e, de modo geral, embora a literatura aponte diversas razões que podem explicar o fenômeno da evasão, no contato com os estudantes e suas famílias, o que mais chama atenção dos profissionais daquele espaço são os constantes relatos de ausência escolar pela falta de interesse mencionada pelos estudantes em frequentar o ambiente educacional. Apesar de esse ser um dos reiterados argumentos usados pelas famílias como razão para a evasão escolar, é necessário, no entanto, ir além desse aspecto, buscando compreender o complexo enredamento que pode gerar esse desfecho, envolvendo condições sociais, econômicas e políticas em seus diversos níveis. O que poderia, assim, estar contribuindo para a desistência da frequência ao ambiente escolar desses alunos?

Para Cabral (2003), é através da escola e de seus ensinamentos que o homem tem a possibilidade de participar da criação de um mundo melhor, assim como de ser valorizado pelo que é, conscientizando e capacitando a população ensinando-os a ser formadores de sua própria opinião. Segundo Costa (2016), o desenvolvimento do sujeito, da sociedade e da nação se dá por meio da transformação na consciência de cada um tendo em vista os objetivos a serem alcançados, utilizando métodos associados às atividades educacionais realizadas na tentativa de uma reorganização estrutural da sociedade, desmistificando e transformando as desigualdades sociais encontradas. Para Barros (2013), não podemos deixar de falar do biopoder, da biopolítica e da educação, que são propostas de educar a sociedade de maneira a deixá-los disciplinados articulando-os às coletividades, para que vivam todos de uma única forma, atuando e agindo nos modos de vida das populações criando técnicas e procedimentos de regulação social, onde a educação se torna reclusa e o que interessa aos governantes é criar uma população sem conhecimento.

A escola, nas mais diversas linguagens e sociedades, ocupa um espaço de destaque no intuito de que sejam cumpridas as obrigações quando o assunto é educação. Assim como ensinar as artes, as ciências, as histórias, a geografia, a tecnologia e também as Psicologias, que

surgiram a partir do século XX dentro das unidades escolares, tendo cada uma dessas áreas de conhecimento à sua maneira e a sua importância no processo de ensino-aprendizagem, assim como no processo de desenvolvimento desses alunos. Por essa razão, é principalmente no ambiente escolar que se dá a via de acesso da criança no mundo do conhecimento, da cultura e da linguagem (MARQUES; CASTANHO, 2011).

Segundo descreve Queiroz (2012), é importante deixar claro que antes de iniciarem as técnicas de educar é necessário estimular no aluno a vontade de aprender e para que isso aconteça as escolas devem se apresentar de maneira agradável e acolhedora. Os professores precisam ter em mente que alfabetizar não é somente ensinar a ler e escrever, mas sim enfatizar as mudanças ocasionadas pela educação na vida do aluno, o seu acesso a direitos, assim como a conduta e o comportamento social na vida do sujeito. Para Leite e Duarte (2007), antes do sujeito aprender a ler e escrever, é necessário aprender a ler o mundo, entendendo o seu contexto, identificando o seu espaço social a partir da sua própria linguagem, pois o homem está no mundo assim como o mundo com os homens e com isso produzindo suas próprias transformações sociais e culturais, valorizando o processo do saber e das suas experiências, seguindo para além das suas crenças em torno de si e do mundo.

A evasão escolar é uma dificuldade enfrentada pela educação de todo o Brasil, atingindo os diversos níveis de ensino no país, sendo este termo aplicado em diversos contextos e com diferentes significados, ampliando dessa forma as referências sobre o tema. De acordo com Castro e Malacarne (2011), as diversas formas de conceituar o termo evasão escolar dificultam o dimensionamento dos casos, assim como os motivos existentes para a ocorrência desse fenômeno, tendo em vista que geram dados que nem sempre podem ser correlacionados. Esse fato gera uma dificuldade no entendimento dos motivos da evasão escolar e, por consequência, a construção de ações e atitudes na tentativa de resolução do problema (CASTRO; MALACARNE, 2011).

Para Figueiredo e Salles (2017), a evasão escolar se define como um evento social preocupante marcado pela suspensão do ciclo escolar dos estudantes, fato este caracterizado por um grande campo para estudiosos sobre o tema, pois retrata ainda causas e motivos para que os estudantes se mantenham fora da escola, além de retratar o processo de profissionalização dos pais, fatos esses que necessitam cada vez mais de investigações mais profundas.

Para Mendes, (2013, p. 261), a evasão escolar seria:

um processo ou um momento específico na vida do aluno sendo considerado como estágio final ou até mesmo cumulativo no processo de desengajamento da escola para os alunos que deixam de frequentar o ambiente escolar sem justificativa oficial, tal como declaração ou atestado médico.

Já Burgos e Carneiro (2014) descrevem que para ser aprovado, o aluno ao final do ano letivo deve ter no mínimo 75% do total de horas letivas; já os alunos considerados faltosos são aqueles que possuem mais de 25% de faltas escolares. Especificamente para o grupo APOIA, da secretaria de educação do município onde essa pesquisa foi realizada, alunos que possuem 5 faltas consecutivas ou 7 faltas alternadas em um período de 30 dias passam a ser considerados alunos evadidos das suas responsabilidades escolares.

Tartuce et al (2018) apontam que no Brasil ocorrem 28% dos casos de evasão escolar nas redes de ensino infantil e 72% no ensino fundamental. Destacam, ainda, que essas altas taxas são preocupantes, tendo em vista não somente os altos índices, mas por estes se tratarem de períodos críticos na formação dos sujeitos, causando preocupação para as políticas públicas, pois os alunos que não finalizam seus estudos enfrentam dificuldades posteriores de inserção no mercado de trabalho e na melhoria de sua condição de vida, bem como no acesso a diversos direitos. Na mesma pesquisa, Tartuce et al (2018) indicam que no ano de 2015, em Santa Catarina, 84,3% dos adolescentes na faixa etária entre 15 a 17 anos estavam matriculados em uma unidade escolar, sendo que, então, 15,7% estariam fora da escola.

Para Filho e Araújo (2017), para se debater o tema evasão nos diversos níveis de ensino, é necessário existir clareza e entendimento dentro do delineamento da educação brasileira, assim como ter percepção das causas, efeitos e o desmembramento nas diversas regiões do país. Diante das várias maneiras de representação sobre o tema é necessário entender a relação entre as causas, a permanência e o percurso dos alunos que seguem a vida escolar ou acadêmica, assim como dos alunos que desistem e se afastam.

De acordo com os autores, em algumas regiões do país, usam-se os termos abandono escolar e infrequência escolar como sinônimos de evasão escolar, sendo este fenômeno comumente compreendido a partir de uma lógica de responsabilização única do sujeito que evade do sistema educacional. Nessa concepção, elencam-se como principais causas da evasão o uso de álcool e drogas, o tempo que o sujeito deve se dedicar à vida escolar, bem como a grande demanda de estudos, as diversas reprovações anteriores, a falta de estímulo por parte da família e as dificuldades financeiras (fazendo com que esse aluno tenha que trabalhar para ajudar nas despesas domésticas) e a localização da unidade escolar (FILHO; ARAÚJO, 2017).

Conforme Filho e Araújo (2017), as unidades escolares, porém, são responsáveis pelos seus alunos e deveriam assumir parte na responsabilidade pelo insucesso acadêmico dos mesmos, pois a maioria dos casos de evasão, infrequência ou abandono escolar está associado à falta de motivação nas diversas fases da vida do aluno, fato este que surge como sendo um período complexo, dinâmico e um espaço de descobertas. É papel da escola, em conjunto com pais, sociedade e poder público, portanto, trabalhar para inibir a evasão escolar, fazendo com que o aluno exercite o seu argumento crítico diante dos valores morais e éticos para que, diante desses ensinamentos, este aluno tenha entendimento do mundo, tendo ele objetivos sociais, pessoais, educando esse sujeito para o trabalho e para a vida (QUEIROZ, 2012).

Por outro lado, há diversas outras razões que podem contribuir para a evasão escolar, sejam elas econômicas, sociais ou culturais. Como exemplo, Zequinão (2018), em pesquisa realizada com amostra de 5.500 alunos, aponta que entre os índices de violências que deixam esses alunos fora das escolas estão: 40,5% por bullying com presença de colegas que assistiram as cenas, 16,9% por agressão e 11,3% por situações de vulnerabilidade social e econômica.

Para Luz Cabral (2015), o tema evasão causa preocupação nas diversas esferas do âmbito escolar, assim como para seus representantes, professores, coordenadores pedagógicos, secretarias de educação e nas políticas públicas, pois a baixa motivação dos alunos gera dificuldades como: de relacionamento, financeiras, familiar e profissionais. Diante disso, os cuidados e esforços realizados pelos profissionais escolares têm o intuito de manter a regularidade da frequência escolar, assim como a aprovação dos alunos.

De acordo com Cabral Luz (2015), os alunos das camadas populares são diferentes dos alunos de camadas sociais privilegiadas, pois os alunos das camadas sociais mais altas têm maior disponibilidade de tempo para os estudos e práticas ligadas às atividades escolares. O mesmo não ocorre com os alunos das camadas populares, que em grande parte não têm as condições necessárias para se dedicar aos estudos e em muitos casos mal conseguem frequentar os cursos noturnos. Desse modo, alunos menos favorecidos financeiramente podem vir a deixar de lado os estudos por não conseguirem adaptar a vida de trabalho diária com a vida escolar.

Segundo Goldemberg (1993), trabalhar a evasão, a infrequência ou o abandono escolar não é uma tarefa fácil, mas não é impossível, sendo urgente atualmente no Brasil a preocupação e a necessidade de assegurar uma educação de qualidade para todas as camadas da população. A partir destes olhares é que surgem possibilidades diversas de ensino para os jovens e adultos que, em momentos anteriores de suas trajetórias, não puderam dar continuidade aos estudos,

como é o caso dos programas de Educação de Jovens e Adultos – (EJA), projetos que muitas vezes são oportunizados pelas lideranças sindicais e empresariais do país.

Para Castro e Malacarne (2011), o tema evasão escolar no Brasil vem sendo debatido por pesquisadores e vem ganhando espaço para estudos nos diversos contextos sendo alvo de preocupações nas inúmeras esferas da sociedade brasileira, como as organizações escolares, os professores, os coordenadores pedagógicos, os psicólogos e a direção em geral. Esta preocupação se deve pelo fato de os alunos que deixam de frequentar a unidade escolar interrompem o aprendizado, perdendo, assim, oportunidade de desenvolver importantes habilidades e competências para o desenvolvimento físico-motor, intelectual, afetivo-emocional, social e a formação acadêmica do sujeito.

Neste sentido, no artigo 205 da Constituição Federal do Brasil está disposto que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, está promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o desenvolvimento da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, CF, 1988, s/p).

Para Burgos e Carneiro (2014) no Brasil a grande maioria das crianças e adolescentes que entram na escola realizam a socialização infantil e conseqüentemente participam de projetos de proteção de integridade física e intelectual no intuito de formar bons cidadãos. Deixam claro, assim, que todos devem ter os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, sempre pensando de maneira horizontal, pois ao trazer a criança ou o adolescente para a escola está se oportunizando uma relação de universalização do acesso ao mundo.

Conforme Maluf e Cruces (2008), desde o final do século XIX, a Psicologia e a Educação vêm se permitindo estudar contribuições para o bom andamento das unidades escolares, pesquisando informações referentes às relações e diferenças individuais entre as pessoas, assim como métodos educativos no sentido de assegurar a conclusão dos estudos dos alunos nas escolas.

Nesse cenário, a Psicologia pode, então, contribuir, entre outros aspectos, proporcionando uma escuta qualificada aos problemas relatados pelos alunos nas unidades escolares, entendendo ainda as dificuldades apresentadas por estes alunos no ambiente escolar, orientando quanto à sua formação como sujeitos, na transformação da realidade individual e social de cada indivíduo (MALUF; CRUCES, 2008).

Diante dos dados expostos, tendo em vista a complexidade do fenômeno relacionado à evasão escolar, somando ao que vem sendo observado pelo pesquisador em seu campo de

trabalho, questionou-se sobre quais seriam os motivos da evasão escolar na rede municipal de ensino fundamental de um município da Grande Florianópolis no ano de 2019. A partir desta questão, foram elencados os seguintes objetivos específicos para o estudo: conhecer as justificativas da evasão escolar na idade escolar obrigatória relatado por pais/responsáveis por meio do programa APOIA; identificar as dificuldades de estudantes do ensino fundamental em seu contexto de vida, socioeconômico e familiar quanto à evasão escolar e discutir sobre possíveis contribuições da Psicologia em relação ao fenômeno da evasão escolar.

Com base nesses objetivos da pesquisa, apresenta-se a seguir o método utilizado no estudo.

MÉTODOS

Essa pesquisa é classificada, de acordo com a abordagem do problema, como mista, visto que combina uma abordagem quantitativa e outra qualitativa em uma mesma investigação (MORAIS; NEVES 2007). De acordo com Galvão, Pluye e Ricarte (2017, p. 8)

Pesquisas com métodos qualitativos fornecem descrições detalhadas de fenômenos complexos, incluindo seus aspectos contextuais, ou focam em análises aprofundadas envolvendo poucos indivíduos. Desse modo, seus resultados não são generalizáveis. Já, as pesquisas com métodos quantitativos costumam examinar a associação entre variáveis que podem ser generalizadas para uma população por meio de inferências estatísticas. Focam na análise de grandes amostras, porém seus achados não levam à compreensão de processos individuais. A pesquisa com métodos mistos combina os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos e tem por objetivo generalizar os resultados qualitativos, ou aprofundar a compreensão dos resultados quantitativos, ou corroborar os resultados (qualitativos ou quantitativos).

Quanto aos objetivos da pesquisa, esta define-se como descritiva, visto que teve como finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno e, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008), especificamente em relação às razões que levaram à evasão escolar na rede municipal de ensino fundamental de um município da Grande Florianópolis no ano de 2019. Quanto aos procedimentos, pode ser considerada como uma pesquisa documental, elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico prévio (GIL, 2008), neste caso relatórios que foram produzidos pela secretaria de educação do município estudado com dados relacionados às ocorrências de evasão escolar.

Estes relatórios a que o pesquisador teve acesso como fonte de dados são documentos produzidos pela equipe do Programa APOIA em duas etapas. Na primeira delas, esta equipe de

profissionais, que pertence à secretaria de educação do município, recebe das escolas da rede pública municipal uma notificação via e-mail por meio de um formulário chamado “Comunicação de Evasão Escolar” contendo as seguintes informações: nome da instituição, a modalidade de ensino, a série que o aluno está matriculado, se o aluno é público da educação especial³ ou não, dados pessoais completos como: nome, sexo, raça, data de nascimento, filiação, nome do responsável, endereço completo, telefones de contato, a quantidade de faltas que o aluno possui, as medidas que já foram realizadas pela instituição de ensino, observações finais, a data da criação do documento e seu envio à Secretaria Municipal de Educação. Todas essas informações estão disponíveis no site da referida Secretaria.

Em um segundo momento, de posse dos formulários de “Comunicação de Evasão Escolar”, a equipe de servidores do setor de Evasão Escolar da Secretaria de Educação (Programa APOIA) realiza visita domiciliar no endereço dos alunos, conversando com familiares ou pessoas próximas em busca de informações que possam justificar a evasão escolar. Após a visita domiciliar, a equipe de Evasão Escolar retorna para a Secretaria Municipal de Educação para elaborar relatório devolutivo para a unidade escolar que comunicou o caso de infrequência ou evasão escolar. Neste relatório constam todas as informações de coletas de dados obtidas no ato da visita, bem como a informação de que caso o aluno continue apresentando infrequência ou evasão escolar a escola deverá comunicar ao Conselho Tutelar mais próximo, assim como ao Ministério Público do Estado.

Os relatórios, produzidos nessas duas etapas (via digital, por meio da Comunicação de Evasão Escolar e após visita aos estudantes e suas famílias) são arquivados na Secretaria Municipal de Educação após terem sido repassadas as informações à escola e, se necessário, aos demais órgãos competentes, conforme exposto acima.

Para fins desta pesquisa, estes documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação e arquivados fisicamente na sede da instituição foram acessados pelo pesquisador após aceite deste órgão e aprovação do projeto em Comitê de Ética sob parecer nº 4.253.854. Conforme objetivos da pesquisa, foram acessados somente os relatórios produzidos no ano de 2019 referentes ao nível fundamental de ensino.

Visando organizar a coleta de dados e posterior análise, o pesquisador elaborou um formulário contendo os itens a serem identificados nos documentos que foram disponibilizados pela secretaria, ou seja, nos “Comunicados de Evasão Escolar”, bem como os relatórios

³ Aqui optou-se por manter o termo utilizado no formulário original da Secretaria de Educação do município.

produzidos pela equipe que realiza as visitas aos domicílios. O formulário continha os seguintes itens: dados de identificação (como idade, sexo, ano escolar, condição socioeconômica); motivos elencados pelos alunos e/ou familiares acerca da evasão; situação escolar do aluno ao final do ano; possíveis informações que constem nos relatórios e que poderiam ser alvo de intervenção por parte da Psicologia. De posse desse formulário, o pesquisador realizou a coleta das informações na base de dados da Secretaria e, em seguida, realizou a análise dos conteúdos de modo quanti e qualitativos.

Ao total, foram analisados 504 relatórios de alunos/as considerados evadidos do ensino fundamental no município da pesquisa durante o ano de 2019. Os dados quantitativos obtidos nesses relatórios foram analisados a partir da verificação da frequência com que apareceram nas respostas das entrevistadas, ou seja, sua frequência relativa (fr), sendo está o quociente entre a frequência absoluta da variável e o número total de observações, ou seja, a frequência de determinada classe dividida por todas elas (SILVA, 2001). Assim, foram analisados em sua porcentagem dados como idade, ano escolar, sexo, condição socioeconômica e situação do/a aluno/a ao final do ano letivo.

Já a análise dos dados qualitativos foi realizada por meio de análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos que objetiva analisar diferentes fontes de conteúdo. Segundo Bardin (2011), são três as etapas da análise de conteúdo: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento e interpretação dos resultados. A primeira etapa, de pré-análise, compreendeu a leitura do material eleito para a análise. A segunda etapa, de exploração do material, consistiu na classificação e agregação das informações em categorias temáticas e a terceira e última etapa compreendeu o tratamento e interpretação dos resultados, que consistiu em realizar uma análise comparativa por meio da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e articulando-os às teorias de base da pesquisa.

Na etapa de análise quantitativa foram criadas as seguintes categorias: idade e escolaridade; situação socioeconômica familiar e situação dos/as alunos/as evadidos ao final do ano letivo. Já na etapa qualitativa, foram criadas as categorias: motivos elencados para a evasão escolar e as possíveis informações que poderiam ser alvo de intervenção por parte da Psicologia.

Por fim, o pesquisador se comprometeu em utilizar esses materiais apenas para pesquisa garantindo o sigilo das identidades e seu uso exclusivo para fins acadêmicos. Após a conclusão da pesquisa os dados serão apresentados à Secretaria Municipal de Educação como forma de devolutiva, sendo uma cópia do artigo disponibilizado à instituição.

A seguir, são apresentados os resultados da coleta de dados e discussões articuladas às teorias da psicologia e da psicologia educacional.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

As análises dos dados coletados foram divididas em análise quantitativa e análise qualitativa, como forma de facilitar a apresentação, a discussão dos resultados, e são apresentadas a seguir.

ANÁLISE QUANTITATIVA

Os dados quantitativos estão separados nas categorias de análise: idade e escolaridade; situação socioeconômica familiar e situação dos/as alunos/as evadidos ao final do ano.

Idade e escolaridade

Os dados coletados na pesquisa apontaram que entre os estudantes evadidos da escola no ano de 2019, 52% se referem ao sexo masculino e 48% ao sexo feminino, observando-se, portanto, um número 4% maior de meninos do que meninas que deixaram de frequentar a escola no ano de 2019. Ressalta-se que este dado binário em relação ao sexo biológico é o que está indicado nos formulários preenchidos pelas escolas e pelo programa APOIA, sendo este um documento institucional e não contemplando possíveis questões relacionadas a gênero.

Corroborando os dados deste estudo, a literatura aponta que pessoas do sexo masculino têm uma maior tendência a deixar o ambiente escolar, tendo em vista a relação de ajuda financeira que precisam dar à família, causando dessa forma o abandono precoce das suas obrigações escolares. O efeito que a necessidade de busca por rendimentos tem sobre a infrequência escolar ocorre em famílias que tem um baixo rendimento financeiro ou que sofrem bruscas alterações financeiras (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

As famílias de baixa renda muitas vezes precisam da ajuda dos filhos para o sustento da família, ocorrendo então a inclusão dos jovens ao trabalho informal, ocasionando a infrequência e aumentando os números de evasão escolar. Neste sentido, é necessário ainda pensar na teoria do capital humano, assim como em suas diversas variantes para entender a interrupção da vida escolar de alguns estudantes, fato que impede que alunos progridam em suas formações escolares aumentando os números de evasão (MALUF; CRUCES, 2008).

Para Arelaro (2005), a obrigatoriedade escolar no Brasil vai dos quatro aos dezessete anos de idade, terminando ao completar dezoito anos. A responsabilidade pela frequência dos

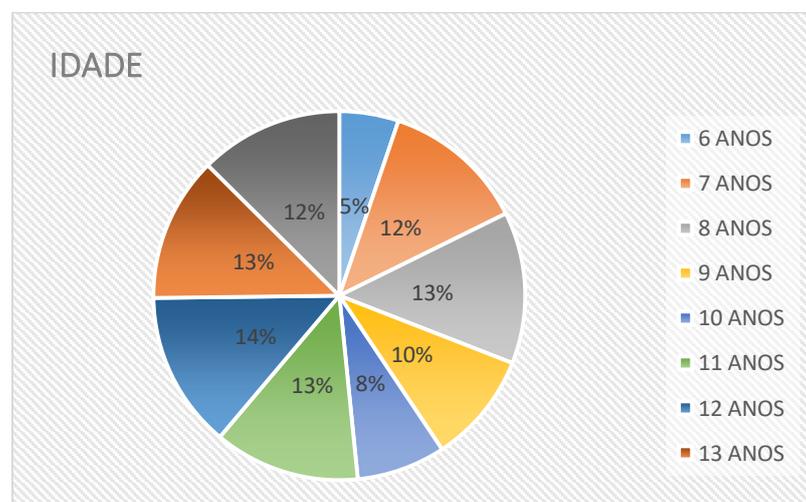
alunos à escola não é somente da família, pais ou responsáveis pelo aluno, mas é também das redes compostas por escola, secretarias de educação, conselhos tutelares e ministério público, cada um com a sua função no intuito de matricular, ensinar e preservar este aluno frequentador da sala de aula, tornando esse processo de municipalização bastante significativo e importante. A Lei Federal nº 11.114 e aprovada pelo senado federal em 16 de maio de 2005 torna obrigatório que todas as crianças com 6 anos de idade iniciem o ensino fundamental no Brasil e não mais com 7 anos de idade, como ocorria anteriormente (ARELARO, 2005).

Outra lei federal que merece ser destacada é a de nº 11.274/06 que trata da ampliação e da duração do ensino fundamental para nove anos, significando para a vida do aluno um ano a mais de estudos obrigatórios e a chance de iniciar a sua vida de estudos aos 6 anos de idade e pertencer a um novo processo de conhecimentos que foram consequências de uma metodologia sócio histórica de idealização coletiva (ARELARO; JACOMINI; KLEIN; 2011).

Em relação à idade dos/as alunos/as pesquisados, esta variou de 6 aos 14 anos, conforme idade esperada para o nível fundamental de ensino. Enquanto evasão escolar, foram observados os maiores índices entre os/as alunos/as com 12 anos (14%), bem como para aqueles com 8, 11 e 13 anos, todos com 13% de índice de evasão escolar, ou seja, a maioria dos alunos/as que deixaram de frequentar a escola passaram pelo chamado ciclo de alfabetização infantil, que costuma ocorrer no período dos seis aos oito anos de idade (VIEGAS; REBOUÇAS, 2018).

O gráfico a seguir aponta a distribuição das idades dos/as alunos/as em relação à evasão no ano de 2019.

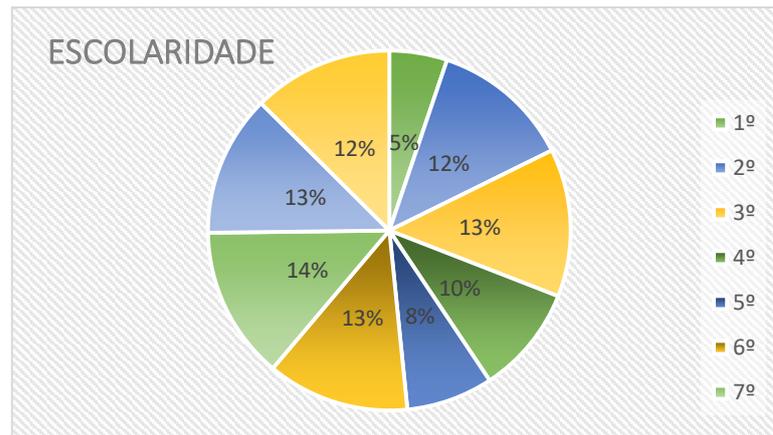
Gráfico 1 – Idade dos/as alunos/alunas evadidos/as no ano de 2019



Fonte: Dados coletados na pesquisa a partir do formulário (2020).

Em relação ao ano que estava sendo frequentado pelos alunos/as que deixaram de frequentar a escola, em nível fundamental, no município de São José-SC em 2019, os dados apontam que 5% deles estavam matriculados na 1ª série, 12% nas 2ª e 9ª séries, 13% nas 3ª, 6ª e 8ª séries, 10% na 4ª série, 8% na 5ª série e 14% na 7ª série, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Caracterização da escolaridade dos participantes



Fonte: Dados coletados na pesquisa a partir do formulário (2020).

Os dados relacionados às séries em que a evasão escolar é mais frequente indicam o que também está apontado no gráfico relacionado à idade dos alunos/as que deixaram de frequentar a escola, ou seja, de que a evasão no ensino fundamental é mais frequente após os estudantes terem completado os primeiros anos de ensino e, possivelmente, terem completado o período de alfabetização. Um dado importante encontrado nos relatórios analisados é que quanto maior a idade e quanto mais anos de escolaridade nessa etapa, maior o risco de evasão escolar, talvez associado, conforme já apontado anteriormente, as necessidades das famílias contarem com o auxílio de suas crianças e jovens para auxiliar em casa em tarefas domésticas ou na inserção no mercado informal de trabalho.

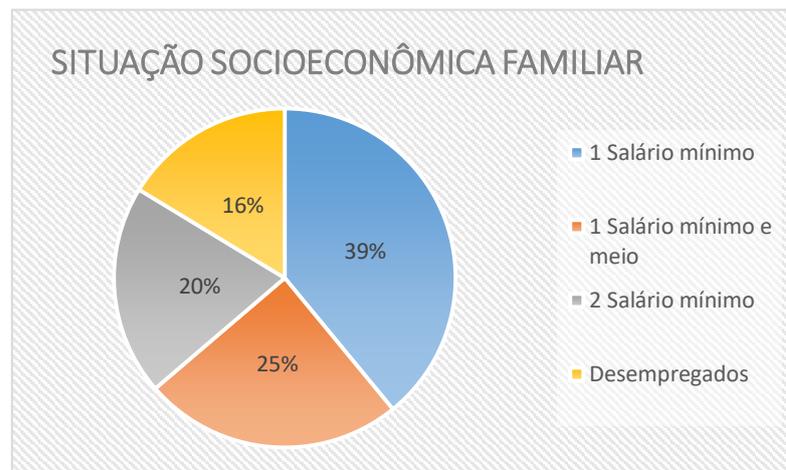
Outro fator que pode estar associado à evasão escolar nesse momento da escolarização está relacionado a possíveis dificuldades encontradas nos primeiros anos de estudo na escola. De acordo com Brito et al (2012), dificuldades nos processos de alfabetização podem estar relacionadas ao fenômeno da evasão e, por isso, quanto mais cedo forem diagnosticadas possíveis dificuldades relacionadas ao ato de ler, escrever ou calcular, mais proveitoso serão os métodos interventivos e as práticas pedagógicas aplicadas assim como o desenvolvimento acadêmico dos alunos (BRITO, et.al 2012). Nessa mesma direção, Figueiredo e Salles (2017) destacam que a evasão escolar está relacionada a outras ocorrências na vida do aluno como a

repetência, bem como podem estar ligadas a elementos que induzem os alunos a não frequentar as aulas, como, por exemplo, a forma de ensino que a escola utiliza no ensinamento desses alunos, ficando eles excluídos do ambiente escolar, entrando para as estatísticas investigativas (FIGUEIREDO; SALLES, 2017).

Situação socioeconômica familiar

Em relação à situação socioeconômica familiar, os dados coletados apontam uma análise da conjuntura econômica dos participantes em forma de gráfico conforme segue: onde 39% dos casos tem renda mensal de 1 salário mínimo, 25% dos casos tem renda mensal de 1 salário mínimo e meio, 20% dos casos tem renda mensal de 2 salários mínimos e 16% dos casos se encontravam desempregados.

Gráfico 4 – Situação Socioeconômica familiar



Fonte: Dados coletados na pesquisa a partir do formulário (2020).

Estes dados mostram que a questão socioeconômica das famílias é um fator importante para a implementação efetiva das atividades escolares, tendo em vista que uma família que passa por processos de mudanças em sua renda nem sempre consegue manter seus filhos frequentando a unidade escolar. Assim, por diversas dificuldades que passam a enfrentar, mesmo sabendo que na escola o aluno receberá um acompanhamento pedagógico despertando o interesse pelo aprendizado, realizará atividades de ensino com práticas educativas, fortalecerá os vínculos afetivos assim como o de aluno e escola, exercitará o convívio social, realizará atividades práticas e de conhecimento, desenvolverá as habilidades de observação exercitando seu senso crítico e ampliando o universo cultural desenvolvendo as competências

socioeconômicas, realizando a interação com a comunidade, refletindo seu papel como cidadão, além dos estudos uma refeição de qualidade.

Para Ribeiro e Cacciamali (2012), o fator pobreza ainda é algo que implica negativamente na situação escolar de crianças e adolescentes que deixam de frequentar a escola por situações vivenciadas no presente que passa a ter um valor maior do que os pensamentos e planos para o futuro, com isso essas crianças deixam de frequentar a escola não por falta de informação a respeito do aprendizado e benefícios que a escola lhe dá, mas sim pelo valor que a situação vivida na atualidade assume em sua vida.

Os enfrentamentos financeiros que essas famílias precisam encarar e os choques nos rendimentos financeiros aumentam ainda mais as chances dessas crianças e adolescentes deixarem de frequentar o ambiente escolar assim como as desigualdades educacionais que veem acompanhadas das heranças culturais que está associada ao êxito e a trajetória escolar desses alunos (RIBEIRO; CACCIAMALI, 2012).

Para Queiroz (2012), as crianças, os jovens e os adolescentes de famílias consideradas de baixa renda geralmente são os que entram na estatística da evasão escolar no Brasil, pois residem em subúrbios e são rodeados de dificuldades por todos os lados e em diversos níveis. Assim, os empecilhos vivenciados de modo geral em seus cotidianos aparecem também na relação com a educação formal, pois na maioria das vezes, e isso ocorre com frequência, são sujeitos que não têm acesso a uma boa alimentação, a direitos individuais, ao respeito, a dignidade, desconhecendo ainda seus direitos sócio educacionais e culturais.

Luz Cabral (2015) aponta que a maior parte dos alunos que entram para as estatísticas de evasão escolar apresentam uma situação de vulnerabilidade social e familiar. Diante desse cenário, é obrigação da escola, assim como do professor e de toda a rede de ensino, informar aos órgãos competentes sobre cada aluno que evade, para que alguma atitude seja realizada de modo amplo e envolvendo os diversos setores da sociedade.

Situação dos/as alunos/as evadidos ao final do ano letivo

Diante dos esforços realizados pelos profissionais da Secretaria de Educação, dos setores pedagógico, evasão escolar, rede apoia assim como a parceria de outras esferas (secretaria de ação social, secretaria de saúde e conselho tutelar), abaixo é apresentada a situação escolar do aluno ao final do ano letivo em que: 33% dos alunos pesquisados se apresentam como efetuou transferência de unidade escolar, 39% retornou e foi aprovado, 7%

retornou e foi reprovado e 21% permaneceu evadido das unidades escolares, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Caracterização da situação do aluno ao final do ano letivo dos participantes:



Fonte: Dados coletados na pesquisa a partir do formulário (2020).

Segundos Filho e Araújo (2017), existem três aspectos importantes quando o assunto é evasão escolar, que são: o grau de escolaridade em que acontece, se é no ensino infantil, fundamental, médio ou superior; o tipo de evasão, por exemplo, se é irregular, se existe retorno deste aluno e se o mesmo conclui o ano letivo; e os motivos que levaram a evasão escolar, como por exemplo a escolha por outra escola, alguma situação relacionada ao trabalho que o aluno exerce, a falta de interesse em dar continuidade aos estudos e as dificuldades no convívio escolar, pessoal ou social.

Para Brito et al (2012), a relação da evasão escolar com a motivação para permanecer ou retornar à escola muitas vezes sofre influência de dificuldades comportamentais por parte dos pais, mas também de situações em que os/as aluno/as não encontram sentido para os estudos ou enfrentam dificuldades na escolarização. Já para Knuppe (2006), a motivação escolar deve estar presente em todos os momentos da vida acadêmica do aluno principalmente no processo de ensino-aprendizagem e isso não depende somente dele, mas também do professor, pois para existir motivação é necessário que exista uma relação entre metas e objetivos por parte do aluno, assim como por parte dos professores em ter propostas de ensino que tornem o aluno motivado no processo de aprender, existindo dessa maneira uma relação de troca entre os participantes.

A desmotivação, portanto, produz resultados de evasão escolar e repetência na vida do aluno, pois quando o aluno repete a mesma série por várias vezes estando na mesma escola

acabam optando em sair da escola e iniciando assim a sua vida de trabalho, pensando em um resultado financeiro no intuito de ajudar a família causando assim a desistência e a evasão escolar (KNUPPE, 2006).

Para Valle (2003), a educação retrata a capacitação de uma população, assim como a sua organização intelectual na construção do seu futuro e não acontecendo por acaso na vida do sujeito, porém é necessário um empenho significativo. A psicologia escolar surge no sentido de contribuir para o crescimento humano, porém para o psicólogo escolar obter sucesso nas suas atribuições profissionais é fundamental que se tenha uma visão ampliada de suas definições, encarando um duplo desafio que é a aceitação perante a escola e o apoio na realização de tarefas para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e físico, auxiliando no convívio social da criança.

Desse modo, abaixo estão discutidos os principais motivos referidos pelos/as alunos/as e suas famílias em relação à evasão escolar, bem como questões que podem ser alvo de intervenção por parte da psicologia.

ANÁLISE QUALITATIVA

Para a análise qualitativa, os dados foram separados em duas categorias: os motivos encontrados nos formulários pesquisados sobre as causas referidas pelos entrevistados (alunos/as e/ou familiares) para a evasão escolar e aspectos que poderiam fornecer dados para possíveis intervenções a serem realizadas por profissionais de psicologia no campo da evasão escolar.

Motivos elencados pelos/as alunos/as e seus familiares para a evasão escolar

Entre os motivos referidos pelas famílias durante a visita do grupo APOIA ao domicílio para a interrupção da frequência escolar pelos/as alunos/as estiveram: residir longe da unidade escolar, mudança de endereço por parte da família ou por parte do aluno que neste caso foi residir com a mãe ou com o pai no caso de pais separados, desmotivação ou falta de incentivo por parte do aluno e familiares, os pais desconhecem o motivo das faltas, doença do aluno ou na família, viagem de família, fuga do lar, separação dos pais, falta de transporte, gravidez da aluna, a mãe não consegue acordar para encaminhar o filho para a escola e situações de luto vividas pela família.

Parte destes motivos foram também identificados por Filho e Araújo (2017), em especial àqueles relacionados com a dificuldade do aluno a ter acesso à unidade escolar, a necessidade

de trabalho com o intuito de geração de renda para ajuda no sustento da família, a falta de interesse por parte do aluno assim como a falta de incentivo por parte dos pais ou responsáveis, levando o aluno a desconhecer os potenciais que são oferecidos no processo de aprender.

Ainda para estes autores, um dos grandes problemas enfrentados pelos jovens estudantes no ensino fundamental refere-se ao excesso de alunos dentro das salas de aula, a grande quantidade de conteúdos ministrados pelos professores, assim como professores desprovidos de conhecimento para saber lidar com as diversas fases de desenvolvimento dos alunos ocasionando dessa forma casos de infrequência e evasão escolar. Outros fatores que podem contribuir para o fenômeno referem-se às notas baixas que os alunos adquirem no início do processo educativo, assim como comportamentos violentos, brincadeiras inapropriadas para o ambiente escolar e o uso de substâncias ilícitas (FILHO; ARAUJO, 2017).

Muitos casos de afastamento ou evasão escolar estão ligadas às perspectivas do aluno quanto ao ambiente escolar, colegas, professores e métodos de ensino. Nesse sentido, poderia contribuir para a diminuição da evasão escolar a existência de um vínculo formado entre professor e aluno, em que haja convivência de valores, tendo em vista que cada aluno traz consigo sua bagagem de conhecimento, suas ideias, existindo por parte do professor um entendimento das diferenças políticas, históricas, socioeconômicas, ideológicas e institucionais que vivem os alunos (FILHO; ARAUJO, 2017).

Fini (1989) descreve que ao se analisar a problemática da infrequência escolar assim como da evasão escolar é necessário também analisar o fracasso da escola, pois os maiores índices destes fenômenos acontecem para alunos que frequentam a rede pública de ensino. Assim, é fundamental identificar quem são os alunos que evadem, quais são seus contextos de vida, que escola frequentavam até então e como os processos de ensino-aprendizagem se dão naqueles espaços. Para isso, é possível realizar visitas à escola, mas também visitas domiciliares, com objetivo de orientar os pais ou responsáveis quanto às formas de organização das atividades escolares da criança, assim como a obrigatoriedade da idade escolar e a importância de estar frequentando a escola.

No Brasil, existe uma parceria entre os Conselhos Tutelares, órgão público que tem como objetivo zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, e as Unidades Escolares com o intuito de realizar visitas “*in loco*” para entender a realidade dos alunos evadidos das unidades escolares. Os Conselhos tutelares têm um papel importante e fundamental quando se trata de infrequência ou evasão escolar, pois aparecem muitas vezes como sendo o último recurso tanto para as escolas como para as famílias sendo ele visto como

um órgão que compreende com mais clareza a problemática da infrequência e da evasão escolar, atuando nas questões entre escola e aluno, atuando de maneira responsável, defendendo o direito à aprendizagem escolar (BURGOS; CARNEIRO, 2014).

Um ponto importante que não podemos deixar de citar e que pode ser utilizado como prevenção a evasão escolar seriam os programas de intervenção que devem ser usados com os alunos pensando em um contexto ambiental, social e cultural, ampliando os instrumentos e auxílios as famílias, as escolas e a comunidades em geral, utilizando esse tripé como analogia, pois os programas de inclusão escolar devem ser utilizados pensando nas necessidades educacionais de cada região (MENDES, 2013).

Possíveis intervenções a serem realizadas por profissionais de psicologia no campo da evasão escolar

Alguns dos motivos citados pelas famílias como razões para a evasão dos jovens das escolas foram: desmotivação ou falta de incentivo por parte do aluno e familiares, os pais desconheciam o motivo das faltas, fuga do lar, separação dos pais, gravidez da aluna, a mãe não conseguir acordar o filho para encaminhá-lo à escola e situações de luto vividas pela família.

Estes dados corroboram achados de Burgos e Carneiro (2014) de que, entre as causas da evasão, além do baixo rendimento escolar, estão possíveis situações de conflitos familiares, ocorrências de fragilidade vivida pelas famílias, assim como questões relacionadas à guarda de filhos (as). Observando-se esses dados e os registros dos relatórios pesquisados, considera-se que os aspectos que envolvem os motivos elencados pelos pais/responsáveis para a evasão escolar poderiam ser alvo de ações por parte de profissionais de psicologia, por meio de atuação com as famílias no ambiente escolar, identificando precocemente situações que pudessem vir a gerar a evasão escolar do aluno.

Por outro lado, Castro e Malacarne (2011) identificaram casos de evasão escolar relacionados a situações de negligência familiar, problemas de saúde, falta de estímulo, insegurança e medo por parte do aluno ou ainda, desgaste físico e mental, falta de incentivo, condições econômicas e sociais inadequadas, baixa autoestima, uso de drogas, distância da casa para a escola e dificuldades de locomoção por parte do aluno e também estrutura precária da unidade escolar.

Desse modo, profissionais de psicologia que estejam atuando na educação, em especial aqueles inseridos nas unidades escolares, podem estar atentos (as) a situações que possam se desdobrar em casos de insucesso escolar, atuando em articulação com a rede de proteção à

infância e ao adolescente, criando estratégias envolvendo a escola e as famílias na participação da vida escolar de seus filhos com o intuito de evitar a evasão escolar. Nesse sentido, no ano de 2019 foi criada a Lei 13935/19, que torna obrigatória a oferta dos serviços de psicologia educacional e serviço social em escolas da rede pública de todo o país para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação. Assim, por meio de equipes multiprofissionais, preconiza-se o desenvolvimento de ações para melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais tendo nesse trabalho um projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2019).

Como possíveis intervenções, profissionais de psicologia presentes nas escolas podem, portanto, realizar encontros regulares com as equipes pedagógicas e professores(as), a fim de dialogar sobre as situações do cotidiano que levam o aluno a entrar para a estatística da evasão escolar, em especial no que se refere a situações de conflitos familiares, fragilidades e vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias, atuando de modo preventivo e pensando em ações coletivas, articuladas com a comunidade local. Outro ponto importante para evitar a desistência e a evasão escolar é a identificação e possível encaminhamento de alunos com dificuldades no aprendizado para profissionais especialistas na rede de ensino, evitando que as dificuldades se agravem e tornem-se motivos para a desistência dos estudos, tendo em vista que Brito et al (2012) destacam as dificuldades de aprendizagem como fatores que contribuem para a evasão.

Além disso, conforme destaca Vasconcellos (2004), é importante considerar o modo como as escolas realizam o processo de avaliação dos alunos, tendo em vista os registros de evasão escolar ocorridos após reprovações e, por outro lado, de aprovações que acontecem sem que os alunos de fato tenham aprendido, o que por vezes também gera desmotivação para a continuidade dos estudos. Assim, por vezes, segundo o autor, a própria escola não possibilita ações de inclusão a alunos que possam enfrentar dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, criando um cenário de exclusão dentro do ambiente escolar, seja pelo sistema de avaliação ou até mesmo pela estruturação do currículo. Nesse aspecto, também a psicologia pode contribuir com a construção de práticas inclusivas dentro da escola, compreendendo as necessidades específicas de cada aluno enquanto sujeito e, na medida do possível, propondo práticas que possibilitem a sensação de pertencimento e a inclusão dos alunos em suas particularidades dentro do sistema escolar.

Por outro lado, para Mascarenhas (2018), existe um cenário de práticas de controle na vida dos sujeitos exercido pela sociedade e, por vezes, reproduzido pelas escolas, na medida em que esta instituição pode se tornar reprodutora de lógicas de poder, que responsabilizam os sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso e contribuem para a manutenção de relações de poder e de racionalidades hegemônicas. Nesse sentido, conforme aponta Barros, a escola pode se tornar um instrumento de biopoder, na medida em que a escola se torna uma agência de produção de territórios existenciais (BARROS, 2013).

Dessa forma, cabe à psicologia questionar, por exemplo, lógicas que reforcem a ideia de que as pessoas são totalmente livres para fazer escolhas, independente do contexto e das condições em que estejam inseridas. Além disso, podem contribuir para evitar a reprodução moralizadora de normas e práticas, evitando a formação de indivíduos que “autovigiam-se e que introjetam as retóricas da perfeita saúde e do risco, de modo a orientarem suas escolhas para um estilo de vida produtivo” (BARROS, 2013, p. 379).

Ainda nas palavras de Barros (2013, p. 379)

há que se investir nas possibilidades de que a educação e a escola fomentem cada vez mais resistências à constituição de identidades e de maneiras de viver, agir, sentir e pensar sujeitadas, regulamentadas e controladas. A partir de um viés ético-estético, a efetivação de tais possibilidades de resistência passa, por exemplo, pela elaboração de dispositivos que retomem o corpo no seu poder de afetação, que problematizem as expressões da governamentalidade neoliberal e que colaborem com a invenção de maneiras singulares de se relacionar consigo e com o outro.

É pela escola, então, que se poderia começar a resistência ao controle biopolítico que impõe a normalização da vida. É nela que psicólogos podem contribuir para que as pessoas compreendam as relações de poder a que estão submetidos, contribuindo para a ampliação de modos de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que nunca conseguimos entender que a escola e a educação realizam transformações de maneira geral na vida dos sujeitos, assim como nas redes de apoio e sociedades, no universo em que se vive e nas suas vidas pessoais. Diante deste motivo a temática evasão escolar precisa ser estudada como tema principal pelas políticas públicas e também por profissionais ligados à área da educação como auxiliares de ensino, coordenadores

educacionais, educadores, professores, pedagogos, supervisores escolares e assessores pedagógicos, no intuito de entender a individualidade de cada aluno e com isso compreendendo os casos de evasão escolar apresentado nas unidades escolares.

Mesmo se tratando de uma temática ampla e com diversos conceitos, para entender o tema evasão escolar é preciso conhecer o contexto geral ao qual este aluno está inserido, suas vivências, suas relações e seus ambientes assim como os motivos que faz com que o aluno apresente um histórico de evasão escolar.

A Psicologia Educacional se apresenta como sendo uma fonte de pesquisa e percepções para que os estudos sobre o tema ganhassem críticas por realizarem apenas avaliações, porém não podemos esquecer que precisamos além de avaliar é necessário entender o motivo apresentado por estas famílias realizando o melhor encaminhamento possível na tentativa de amenizar ou de resolver o problema apresentado por elas.

Para Andrada (2005), o papel da Psicologia educacional é investigar, realizar diagnósticos e intervenções de forma preventiva e corretiva tanto individual quanto em grupo no intuito de organizar os recursos, as ações e os processos de ensino e aprendizagem, não esquecendo as dificuldades que este profissional enfrente nas redes públicas e privadas, que sempre busca firmar a sua identidade profissional especializada dentro da sua profissão. Desse modo, cabe ressaltar a correlação entre a Psicologia, a Educação e a Pedagogia, entre seus saberes teóricos e práticos, fato este que faz com que a Psicologia conquiste sua autonomia como área do saber e do crescimento do debate educacional e pedagógico estando eles intimamente interligados dentro da história do Brasil, ocasionando o fortalecimento entre Psicologia sendo denominado assim de Psicologia Educacional (ANTUNES, 2008).

Um fator importante a ser citado é que a Educação sempre foi a base para a formação de todas os profissionais tornando-se estrutura fundamental para o desenvolvimento da Psicologia, sendo esta a razão principal no contexto pedagógico e a sustentação de diversas teorias e metodologias de ensino realizadas em todo o país (ANTUNES, 2008, p.471).

Somente após um estudo sobre as diversas maneiras de estudar o tema evasão escolar e entendermos a necessidade de cada situação que podemos apresentar estratégias para ajudar o aluno evite entrar para a estatística deste cenário. Além disso precisa-se também dar condições para que esse aluno se sinta atraído ao ambiente escolar assim como as metodologias aplicadas neste ambiente, utilizando planos pedagógicos, métodos de ensino e a tecnologia como forma de instrumento para o aprendizado, investindo em capacitação de corpo docente, realizando

projetos interdisciplinares e se for preciso reduzindo o número de alunos por sala de aula no intuito de deixar este aluno mais confortável no ambiente escolar.

Quanto ao ano de 2020, ano atípico não só para a área da educação, mas para todas áreas e frentes de trabalho, equipe do Programa APOIA teve que se readequar quanto às suas habilidades referentes ao processo de evasão escolar devido à pandemia pelo novo coronavírus. O setor passou a operar atendendo casos de alunos que não acessam a plataforma on-line de estudos e não comparecem às unidades escolares para fazer a retirada de material físico e impresso para a realização das tarefas. Tendo em vista o contexto de passagem de ensino presencial ao ensino remoto emergencial, tem-se observado um aumento do número de alunos e alunas que tem abandonado os estudos, o que indica necessidade de novos estudos acerca do fenômeno da evasão escolar, agora incluindo esse novo contexto.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1039-1066, Oct. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ARELARO, Lisete Regina Gomes; JACOMINI, Márcia Aparecida; KLEIN, Sylvie Bonifácio. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 35-51, Apr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 196-199, Aug. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 11 Dec. 2020.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 11 Dec. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BARROS, João Paulo Pereira. Biopolítica e educação: relações a partir das discursividades sobre saúde na escola. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 361-381, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 27 Oct. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 13935/19 de 11 de dez. de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, Brasília, DF, dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

BURGOS, Marcelo; CARNEIRO Aristóteles V. et.al. Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio* n. 15, jul. /Dez, 2014, pp. 71-105. Disponível em: http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/DD_15_5-Burgos.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRITO, Leila Oliveira, et. al. **Relação das variáveis idade e escolaridade com desempenho escolar de estudantes de ensino fundamental**. São Paulo, SP: 2012. Acesso em: 25 out. 2020.

CABRAL, Arlinda. Pedagogia do Oprimido. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 5, p. 200-204, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php>. Acesso em 27 out. 2020.

CASTRO, Luciana Paula Vieira de; MALACARNE, Vilmar. Conceituando a evasão escolar no Brasil: encontro internacional de produção científica. **CESUMAR – centro universitário de Maringá – Editora – CESUMAR**. Maringá, paraná, Brasil 2011. Disponível em: http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/luciana_paula_vieira_castro1.pdf. Acesso em 24 março 2020.

COSTA, Bruno Botelho. Paulo Freire: educador-pensador da libertação. **Pro-Posições**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 93-110, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 05 out. 2020.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. **Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões**. Ensaio: aval. pol. público. Educ., Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/2017nahead/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002500397.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

FILHO, Raimundo Barbosa Silva; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FINI, Lucila Diehl Tolaine. Evasão e fracasso escolar. **Psicol. Cienc. prof.**, Brasília, v. 9, n. 3, p. 41, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 13 Apr. 2020.

GALVÃO, M. C.; PLUYE, P.; RICARTE, I. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 4-24. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24>. Acesso em: 4 out. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDEMBERG, José. **O repensar da educação no Brasil**. **Estud. av.**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, Aug. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 31 mar. 2020.

KNUPPE, Luciane. Motivação e desmotivação: desafio para as professoras do Ensino Fundamental. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 27, p. 277-290, Jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 25 out. 2020.

LEITE, Olivia S.L.; DUARTE, José B. Aprender a ler o Mundo. Adaptação do método de Paulo Freire na alfabetização de crianças. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 10, p. 41-50, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php>. Acesso em: 26 Jun. 2020.

LUZ CABRAL, Carine Graziela. **EVASÃO ESCOLAR: O que a escola tem a ver com isso?** Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Educação e Direitos Humanos: escola, violências e defesa de direitos. Universidade do Sul de Santa Catarina. 2015. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Carine.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MALUF, Maria Regina; CRUCES, Alacir Villa Valle. Psicologia educacional na contemporaneidade. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.** São Paulo, v. 28, n. 1, p. 87-99, jun. 2008. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>. Acesso em 08 abr. 2020.

MARQUES, Patrícia Batista; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. O que é a escola a partir do sentido construído por alunos. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP**. Volume 15, Número 1, janeiro/junho de 2011: 23-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n1/03.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MASCARENHAS, Leonardo Balbino. Biopolítica, Educação e Resistência na Contemporaneidade. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1537-1554, Oct. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 27 Oct. 2020.

MENDES, Marcelo Simões. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. **Estud. Psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 261-265, Jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 13 Abr. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, **Programa de Combate à Evasão Escolar - APOIA**, Santa Catarina, Disponível em: <https://www.mpssc.mp.br/programas/apoia>. Acesso em: 26/06/2020.

MORAIS, Ana Maria; NEVES, Isabel Pestana. Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. **Rev. Port. De Educação**, Braga, v. 20, n. 2, p. 75-104, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php>. Acesso em 13 abr. 2020.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estud. Psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 03 nov. 2020.

QUEIROZ, Amélia Maria Noronha P. de. **Educação e inclusão social das crianças e dos adolescentes**. Ensaio: aval. pol. público. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 113-134, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n74/a07v20n74.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

SILVA, N. C. da. Conceitos básicos em estatística. IN: **Elementos da Teoria dos Erros**, 2001. Disponível em: <<http://www.fsc.ufsc.br/~canzian/erros-ifusp/estatistica.html>>. Acesso em 25 out. 2020.

RIBEIRO, Rosana; CACCIAMALI, Maria Cristina. Defasagem idade-série a partir de distintas perspectivas teóricas. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 497-512, set. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 26 out. 2020.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P. et al. Desafios do ensino médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação. **Cad. Pesqui.** São Paulo, v. 48, n. 168, p. 478-504, June 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 28 Abr. 2020.

VASCONCELOS, Celso dos S. Superação da Lógica Classificatória e Excludente: a Avaliação como Processo de Inclusão. Texto para III Seminário de Educação de Arcos/MG – Fev 2004. Disponível em: <http://www.celsovasconcellos.com.br/Download/Superacao.pdf>

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. **Psicologia escolar: um duplo desafio.** *Psicol. Cienc. prof.*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 22-29, mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 13 Abr. 2020.

VIEGAS, Elis Regina dos Santos; REBOUÇAS, Virgília Margarida. As políticas de alfabetização no Brasil no contexto do ensino fundamental: aspectos normativo-legais. **Laplage em Revista (Sorocaba)**, vol.4, n.2, maio-ago. 2018, p.142-152. Acesso em: 2 Nov. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo>.

ZEQUINÃO, Marcela Almeida et al. **Desempenho escolar e bullying em estudantes em situação de vulnerabilidade social.** *J. Hum. Growth Dev.*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 19-27, 2017. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>. Acesso em 28 abr. 2020.